

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA IBERO-AMÉRICA E A INFLUÊNCIA GLOBAL: ORGANISMOS INTERNACIONAIS E PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO

ALDA MARIA DUARTE ARAÚJO CASTRO

<https://orcid.org/0000-0001-6740-6257>

MATHEUS LUCAS SILVA DE SOUZA

<https://orcid.org/0000-0001-5673-866X>

Introdução

O tema da privatização da educação superior ganha relevância no contexto global frente às dinâmicas que se impõem com a consolidação das políticas neoliberais, que transformam a educação superior em serviços mercantis, descaracterizando, portanto, o sentido republicano de educação como bem público. Esse trabalho é resultado do projeto de pesquisa *Privatização da educação superior na Iberoamérica: tendências e assimetrias regionais*, financiado pelo CNPQ, o projeto Analisa criticamente a temática, da privatização da educação superior considerando o cenário de países da Iberoamérica como (Brasil, Argentina, Chile, Peru, Espanha e Portugal), considerando os diferentes contextos históricos e sociais dos países estudados.

Esse trabalho objetiva, analisar como as diretrizes da agenda global definida pelos organismos internacionais, como Banco Mundial (BM) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) influenciaram nos processos de privatização da educação superior em diferentes países da Iberoamérica. Parte-se do entendimento de que no cenário da globalização e das políticas neoliberais, as agendas nacionais para a educação são formadas sob forças supranacionais que exercem influência sobre o Estado e o seu modo de governação educacional, não somente no estabelecimento das políticas educativas, da determinação dos conteúdos, da política curricular, mas também na associação do financiamento e da regulação na provisão da educação.

Destaca-se que as agendas globais não se traduzem de forma homogênea nos diferentes Estados-nação, sendo mediadas por contextos históricos, institucionais e correlações de forças específicas. Nesse sentido, como assinala Roger Dale (2004), embora o padrão da governança educacional permaneça, em grande medida, sob o controle do Estado, emergem novas e cada vez mais visíveis formas de desresponsabilização, que reconfiguram suas funções e modos de intervenção.

Caminhos teórico metodológico

O estudo ancora-se em uma abordagem teórico-metodológica que se aproxima do materialismo histórico-dialético e articulando procedimentos bibliográficos, documentais com vistas a apreender, de forma crítica, as determinações e contradições que conformam o objeto investigado. Entende-se, que a pesquisa, conforme expõe Gamboa (2018), não pode ser pensada apenas como mera aplicação de procedimentos e técnicas, como se fosse uma receita. O pesquisador, enquanto sujeito histórico e político, deve refletir e expor as opções epistemológicas que guiam a investigação.

O estudo organizou-se a partir de quatro categorias empíricas centrais, definidas à luz do referencial teórico adotado e da natureza do objeto investigado. São elas: Financeirização da Educação Superior: Processo pelo qual o ensino superior passa a ser dominado por lógicas financeiras, transformando-se em ativo de investimentos e subordinando suas dinâmicas institucionais a interesses do capital financeiro.

A mercantilização da educação – significa que a educação deixa de ser concebida prioritariamente como um direito social e um bem público, passando a ser tratada como um serviço ou produto a ser ofertado no mercado. É um fenômeno que não se restringe à expansão da oferta privada, mas implica uma transformação mais profunda na natureza, nas finalidades e nos modos de organização das instituições de ensino superior.

A privatização e as parcerias pública-privadas, que expressam a reconfiguração desse nível de ensino sob a lógica de mercado; as parcerias público-privadas, como formas híbridas de provisão e financiamento que tensionam as fronteiras entre o público e o privado; no entendimento de Ball e Youdell (2008) a privatização ocorre por meio da constituição de mercados, eminentemente, de forma exógena e endógena.

Controle e a regulação, que dizem respeito aos mecanismos institucionais por meio dos quais o Estado orienta, avalia e normatiza o funcionamento do sistema.

Essas categorias permitem apreender, de modo articulado, as múltiplas dimensões que conformam os processos contemporâneos de transformação da educação superior nos países analisados. Tomou-se como referência de análise documental: Os documentos do Banco Mundial (BM), entre eles: *La Enseñanza Superior: Las lecciones derivadas de la experiencia* (1995); *La Educación Superior en los países em desarrollo: peligros y promesas* (2000); *Higher Education in Brazil: Challenges and Options* (2002); *Construir Sociedades de Conocimiento: Nuevos Desafíos para la Educación Terciaria* (2003); *Higher Education in Latin America: The International Dimension* (2005); *Conhecimento e Inovação Para a Competitividade* (2009); *El desafío de crear universidades de rango mundial* (2009); *Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e*

equidade do gasto público no Brasil (2017) e os documentos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): Tertiary Education for the knowledge Society (2008); Higher Education to 2030 (2009); Education at a Glance (2023, 2024); Universities, Innovation and Entrepreneurship: criteria and examples of good practice (2009).

Privatização e regulação da educação superior: uma análise documental a partir dos Organismos internacionais

A compreensão das transformações contemporâneas na educação superior exige situá-las no marco de uma agenda global que orienta, de forma crescente, a formulação de políticas educacionais em escala transnacional. Tal agenda, impulsionada por organismos internacionais como a OCDE e o Banco Mundial, difundem diretrizes voltadas à expansão, diversificação institucional, regulação por resultados e maior articulação entre educação e mercado.

Na Iberoamérica os organismos internacionais, tiveram papel determinante na expansão das matrículas da educação, principalmente no âmbito privado, elaborando os documentos norteadores para a região. No entendimento dessas organizações, as instituições de ensino superior deverão atender uma parcela cada vez maior da população, utilizando para isso, várias estratégias, formulando novas propostas, estruturas e métodos de trabalho para atender a essa demanda de forma satisfatória. De cunho neoliberal, os organismos internacionais defendem que as instituições privadas são parceiras importantes para que se expanda esse nível de ensino em contextos de participação mínima do Estado.

No que se refere ao ensino superior, tem crescido sua privatização, como estratégia para a expansão. Considerada como essencial ao desenvolvimento das forças produtivas, a educação e, em especial, a superior é reiteradamente perpassada pelo imperativo de uma formação profissional de caráter intercultural, transfronteiriça, orientada para o mercado e à produção de conhecimentos que fomentem o desenvolvimento social e econômico das nações.

Nesse sentido, todos os países da região necessitaram se adaptar ao novo modelo econômico, reestruturando suas políticas, com sérias implicações no campo social. Na Iberoamérica e, em particular, na América Latina e Caribe, por muito tempo persistiu a característica histórica de restrições de acesso ao ensino superior, notadamente quanto às populações de maior vulnerabilidade socioeconômica. O crescimento das matrículas no

ensino superior decorrente da regulação transnacional, por um lado, tem ampliado o acesso até então restrito; por outro, nos países da periferia do sistema capitalista tem se constituído em mercado educacional promissor, levando ao incremento de matrículas e titulações em instituições não universitárias e privadas.

As análises realizadas nos documentos do Banco Mundial deixam evidente que a noção de educação como bem público e de direito de todos vão sendo cada vez mais substituídas pelas diretrizes da mercantilização e da privatização da educação superior. Quando se compara com as categorias empíricas da pesquisa os documentos revelam que a categoria da financeirização e a necessidade de se considerar a educação como um ativo de investimentos e portanto, que deve se subordinar as suas dinâmicas institucionais a interesses do capital financeiro, aparecem em 03 (três) dos documentos; 08 (oito) tratam da mercantilização da educação superior, e das parcerias público-privadas apresentando a educação como uma mercadoria, sujeita às lógicas de mercado e às dinâmicas de financeirização e 08 (oito) discutem a temática da regulação e controle apresentada como o processo pelo qual autoridades, em busca de objetivos políticos, controlam, coordenam, influenciam e direcionam o sistema educativo e seus sujeitos, estabelecendo normas, regras e mecanismos de coerção.

No que se refere ao conjunto de documentos da OCDE, a ideia da mercantilização e da privatização em todos os documentos. Dois documentos: *Tertiary Education for the Knowledge Society* (2008) e *Higher Education to 2030* (2009) evidenciam a necessidade de reformas da educação superior ao propor diretrizes que, embora apresentadas sob a lógica da eficiência, qualidade e expansão do acesso, contribuem para a reconfiguração desse nível de ensino segundo princípios de mercado. Ao enfatizar a diversificação institucional, o compartilhamento de custos e o financiamento orientado à demanda, o documento legitima a ampliação da participação do setor privado, configurando formas de privatização indireta. Simultaneamente, ao estimular mecanismos como empréstimos estudantis e a responsabilização individual pelo investimento educacional, reforça dinâmicas associadas à financeirização da educação superior.

Por fim o relatório *Universities, Innovation and Entrepreneurship: criteria and examples of good practice* (2009), propõe a aproximação sistemática entre universidade e setor produtivo, por meio de parcerias, transferência de tecnologia e estímulo à criação de spin-offs, o documento contribui para a redefinição da função social da universidade, progressivamente orientada por demandas econômicas e pela lógica da competitividade. Essa inflexão favorece processos de mercantilização, ao transformar o conhecimento em

ativo econômico e induzir práticas institucionais alinhadas ao mercado. No plano da governança, o relatório reforça a adoção de modelos gerenciais baseados em desempenho, accountability e avaliação, consolidando mecanismos de regulação e controle que reposicionam o Estado como indutor e avaliador, em consonância com os pressupostos da Nova Gestão Pública.

Os relatórios *Education at a Glance* (2023 e 2024), publicados pela Organisation for Economic Co-operation and Development, constituem uma das principais referências internacionais para análise comparativa dos sistemas educacionais. Diferentemente de documentos normativos, eles têm caráter estatístico e analítico, reunindo um amplo conjunto de indicadores educacionais comparáveis entre países. Ao sistematizarem dados sobre financiamento, acesso, resultados educacionais e inserção no mercado de trabalho, esses documentos não apenas informam, mas também induzem agendas de políticas públicas, reforçando a centralidade da avaliação, da accountability e da regulação baseada em resultados.

Considerações finais

À luz dos documentos analisados, produzidos pelo Banco Mundial e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, evidencia-se a conformação de uma agenda global que, embora apresentada sob o discurso da modernização, da eficiência e da ampliação do acesso, opera como vetor de reconfiguração da educação superior nos países da Iberoamérica.

Destaca-se que as agendas globais não se traduzem de forma homogênea nos diferentes Estados-nação, sendo mediadas por contextos históricos, institucionais e correlações de forças específicas. Nesse sentido, embora o padrão da governança educacional permaneça, em grande medida, sob o controle do Estado, emergem novas e cada vez mais visíveis formas de desresponsabilização, que reconfiguram suas funções e modos de intervenção.

Tal agenda, ancorada na valorização da diversificação institucional, no estímulo ao financiamento orientado à demanda e na centralidade de mecanismos de avaliação e controle, contribui para o deslocamento do papel do Estado de provedor direto para regulador e indutor de mercados educacionais. Nesse movimento, consolidam-se formas de privatização que extrapolam a transferência direta de propriedade, manifestando-se sobretudo por vias indiretas, como o fortalecimento do setor privado-mercantil, a ampliação de parcerias público-privadas e a crescente financeirização do acesso à

educação superior. Ademais, ao difundir instrumentos de regulação baseados em desempenho e comparabilidade internacional, esses organismos não apenas orientam políticas, mas produzem padrões normativos que tendem a homogeneizar sistemas educacionais diversos, tensionando suas especificidades históricas e sociais. Desse modo, a influência dessa agenda global revela-se não apenas como um conjunto de recomendações técnicas, mas como expressão de um projeto político mais amplo, articulado às dinâmicas contemporâneas do capitalismo, que redefine a função social da universidade e aprofunda a inserção da educação superior nas lógicas de mercado.

Referências:

HOFER, Andrea-Rosalinde; POTTER, Jonathan. **Universities, Innovation and Entrepreneurship: Criteria and Examples of Good Practice**, OECD Local Economic and Employment Development (LEED) Papers 2010/10, OECD Publishing, 2009.

BALL, S.; YUDELL, D. Privatización encubierta en la educación pública. **Instituto de Educación**, Universidad de Londres, 2008.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma "Cultura Educacional Mundial Comum" ou localizando uma "Agenda Globalmente Estruturada para a Educação"? **Educação & Sociedade**, 25(87), 2004. p.423–460. Disponível in: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200007>, acessado às 00h31min de 26Abr2026.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias**. 3. ed. Chapecó: Argos, 2018.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Tertiary education for the knowledge society: volume 1 and volume 2**. Paris: OECD Publishing, 2008. Disponível em: <https://www.oktemvardar.com/articles/OECD%20Tertiary%202009%20v2.pdf>. Acesso em: 4 maio 2026.